

## A ESCOLA PÚBLICA E A JUSTIÇA RESTAURATIVA NO MUNICÍPIO DE TAUBATÉ: LIMITES E POSSIBILIDADES

Eduardo Castilho – discente - Programa de Mestrado Profissional em Formação de Gestores Educacionais da Universidade Cidade de São Paulo (UNICID) –  
professorecastilho@gmail.com

### INTRODUÇÃO

A existência de conflitos e violência nas escolas públicas vem logrando centralidade na literatura da área e tem sido objeto de programas e projetos implementados pelo poder público, em busca de respostas e de ações capazes de reduzir esses fenômenos no âmbito escolar. Os processos de universalização de acesso à educação desencadeados a partir da Constituição de 1988 ampliaram a inserção de alunos de amplos segmentos sociais, o que promoveu no cotidiano das unidades a convivência de distintas realidades socioeconômicas e culturais.

Nesse contexto, os conflitos e as divergências intensificaram-se em decorrência de um conjunto de circunstâncias sociais, políticas, econômicas e culturais que prevaleciam no ambiente escolar e em seu entorno. De acordo com Martins e Machado (2016):

Nos espaços escolares, a ocorrência de situações de conflito e violência pode ser vista a partir de múltiplos fatores, especialmente quando parte-se do reconhecimento das especificidades/singularidades de cada escola. Assim, implica levar em consideração os contextos sociais nos quais estão localizadas; a dinâmica de organização e funcionamento pedagógico e administrativo; as demandas configuradas pelo escopo normativo de órgãos centrais e os fatores econômico-sociais e culturais. (MARTINS; MACHADO, 2016, p.161)

A compreensão dos conflitos e da violência no ambiente escolar requer uma análise dos conceitos e da conjuntura em que se processam os fatos. Quando fazem referência ao conflito, Ceccon et al (2009) assim o definem:

O conflito existe *dentro de nós*, pois razões e emoções diferentes, e por vezes contraditórias, nos habitam. Eles existem *entre nós*, pois não há nenhum indivíduo igual ao outro. Conflitos são inerentes às interações e, portanto, não podem ser eliminados. De fato, seres humanos interagem dispondo de diferentes condições, recursos, bens, diretrizes, valores, normas, procedimentos, interpretações, sempre procurando chegar a um mínimo de equidade. (CECCON et al, 2009, p. 30)

No que tange à concepção de violência os autores assinalam que esta:

[...] acontece quando não há mais diálogo entre as diferenças, e sim o monólogo de quem impõe a sua necessidade, o seu desejo, a sua aspiração, a sua crença sobre o outro. No conflito, há equilíbrio instável entre os poderes de quem dialoga. Na violência, um poder prepondera e rompe o equilíbrio. (CECCON et al, 2009, p. 37).

As concepções expostas pelos autores remetem a uma reflexão sobre a compreensão dos processos que desencadeiam o conflito e a violência nos espaços intra e extramuros das escolas públicas brasileiras. Partindo da ideia que o espaço escolar é heterogêneo e constituído de diferentes indivíduos que carregam consigo significados sociais díspares, é fundamental analisar o conflito e a violência de forma ampla, considerando a análise dos comportamentos sociais que se processam nas diferentes formas de convivência existentes na comunidade escolar.

A análise sistêmica do conflito e da violência nas escolas depende da mobilização coletiva dos diferentes agentes sociais que compõem a comunidade escolar, capazes de motivar a transformação de sua realidade mediante novas percepções acerca do território que ocupam.

Nessa direção, este trabalho propõe como objetivo a análise da implantação do “Programa Justiça Restaurativa em Taubaté”. Esse programa resultou do convênio celebrado entre a Secretaria de Educação do Município e o projeto multiplicadores de práticas restaurativas e paz nas escolas do Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP). Como objetivos específicos buscou-se: a) analisar a implantação do programa e seus desdobramentos na redução da violência na escola; b) apresentar os subsídios fornecidos pelo Sistema de Proteção Escolar (SPE) da Secretaria de Estado da Educação de São Paulo e do (MPSP) ao programa do município de Taubaté.

## **METODOLOGIA**

O trabalho em questão adotou uma metodologia de natureza qualitativa que valoriza a imersão e a interação do pesquisador com os participantes, sendo que, durante o processo de investigação, surgem significados que são apreendidos pelo pesquisador de forma progressiva em sua investigação. (MAZZOTTI, 1991). Quanto às abordagens em pesquisas, Goldenberg (1997) elucida:

Os pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa opõem-se ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, já que as ciências sociais têm sua especificidade, o que pressupõe uma metodologia própria. Assim, os pesquisadores qualitativos recusam o modelo positivista aplicado ao estudo da vida social, uma vez que o pesquisador não pode fazer julgamentos nem permitir que seus preconceitos e crenças contaminem a pesquisa (GOLDENBERG, 1997, p. 34).

Para isso, propôs-se realizar um percurso metodológico baseado em pesquisa bibliográfica e análise documental. A pesquisa bibliográfica consistiu em levantamentos realizados no banco de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD-IBICT) e na seleção de artigos de periódicos no Portal CAPES e Scientific Electronic Library On-Line – Scielo, onde utilizou-se palavras-chave como: justiça restaurativa; violência nas escolas; gestão escolar e redução de conflitos; programas governamentais de redução de conflitos em escolas, círculos restaurativos.

A compreensão do programa municipal e seus desdobramentos em uma unidade escolar requereu a análise documental que foi capaz de reunir dados e informações referentes aos decretos, normas internas, atas e projetos, com vistas a identificar diretrizes da política educacional do município no que condiz ao tema da redução da violência nas escolas. A análise das fontes documentais no campo das políticas públicas de educação contribuiu para a descrição das características organizacionais do sistema de ensino e das ações da Secretaria referentes a redução do conflito nas escolas.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

O avanço dos conflitos no interior das escolas observado nas últimas três décadas despertou a preocupação das Secretarias de Educação que passaram a adotar um conjunto de medidas visando reduzir a violência nas instituições de ensino.

Diante disso, o Ministério Público do Estado de São Paulo (MPSP) estabeleceu parceria com a Secretaria Estadual de Educação, através do Programa “Ministério Público Parceiro da Educação”, visando ações preventivas de violência e de melhoria da proteção escolar por meio da realização de cursos que disseminassem práticas educacionais preventivas e conhecimentos legais específicos.

No que tange à educação do município de Taubaté, em 2011, o município ainda não contava com um Sistema Municipal de Ensino, estando submetido à Diretoria

Regional de Ensino de Taubaté e não apresentava um Plano Municipal de Educação. É importante ressaltar que o único documento oficial que tratava de violência nas escolas era o Regimento Escolar Comum da Rede Municipal de Ensino.

Nesse contexto, foi estabelecido um acordo de cooperação entre a Secretaria Municipal de Educação de Taubaté e o MPSP que sediou o curso presencial: “Multiplicadores de práticas restaurativas e de cultura de paz nas escolas”, de autoria do Promotor de Justiça Antonio Carlos Ozório Nunes (1º Promotor de Justiça de Taubaté e Assessor da Procuradoria Geral de Justiça). Este curso foi ministrado no ano de 2011 para 135 educadores e multiplicadores pertencentes as escolas do município de Taubaté, sendo que, em sua primeira edição (abril 2011) contemplou 65 educadores e na segunda edição (setembro 2011) abrangeu 70 educadores. Os cursos ministrados tiveram duração de 30 horas cada.

O curso tornou-se referência para a implantação do “Programa Justiça Restaurativa nas Escolas”. Esse programa ampliou a participação das unidades escolares na redução os conflitos e violência nas escolas de forma descentralizada e autônoma. As unidades passaram a adotar protocolos de redução de violência utilizando como referenciais os manuais do SPE e a concepção de justiça restaurativa do MPSP; além de instaurarem círculos restaurativos e redes de observação para acompanhamento dos casos de conflito e violência.

## **CONCLUSÃO**

A implantação do Programa requereu uma ampla rede de apoio fundamentada em um escopo normativo e legal que sustentasse suas ações. É indispensável considerar que esse escopo contribuiu para a organização e sistematização das políticas públicas voltadas à redução da violência nas escolas.

Porém, a Rede Municipal de Ensino de Taubaté apesar de mobilizar-se em 2011 para participar da formação ministrada pelo MPSP, apresentou dificuldades quanto à formalização de um Programa Municipal de combate à violência nas escolas. Dentre as dificuldades constatadas, identificaram-se os seguintes aspectos: inexistência de um Sistema Municipal de Ensino composto por técnicos capazes de fornecer subsídios que contribuíssem para a elaboração de uma política pública de combate à violência nas

escolas; dependência da Secretaria Estadual de Educação; dificuldade na implantação de um protocolo municipal de combate à violência nas escolas.

Essa situação constatada no Município de Taubaté não é exclusiva, sendo que vários municípios brasileiros apresentem problemas quanto à autonomia e capacidade técnica das equipes centrais para formulação de uma agenda que resulte em decisões para garantir a efetivação de políticas públicas no combate à violência nas escolas, conforme apontam outros estudos na área (CECCON, et al., 2009).

Por fim, é importante salientar que o combate à violência nas escolas brasileiras perpassa pela construção efetiva de um diálogo entre sociedade e o poder público local que devem elaborar conjuntamente as medidas de redução da violência nas escolas.

## **REFERÊNCIAS**

CECCON, Claudia et al. *Conflitos na Escola: modos de transformar*. São Paulo, **CECIP e Imprensa oficial**, 2009.

GOLDENBERG, Mirian. *A arte de pesquisar*. Editora Record, 1997.

MARTINS, Angela Maria; MACHADO, Cristiane. Gestão escolar, situações de conflito e violência: campo de tensão em escolas públicas. **Educar em Revista**, n. 59, p. 157-173, 2016.

MAZZOTTI, Alda Judith Alves. O planejamento de pesquisas qualitativas em educação. **Cadernos de pesquisa**, n. 77, p. 53-61, 1991.

NUNES, Antonio Carlos Ozorio. **Manual Prático: Curso de Introdução à justiça restaurativa para professores mediadores escolares e comunitários**. São Paulo. Centro de apoio operacional cível e de tutela coletiva do Ministério Público do Estado de São Paulo. Área: Educação, MPSP, 2012.